

# Franciscato tentou resguardar autoria do projeto de mordomias

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

O deputado Alcides Franciscato (PFL-SP) tentou, sem êxito, retirar de tramitação o projeto de lei de sua autoria que concede mordomias oficiais aos ex-presidentes da República, durante a sua votação no plenário, na última terça-feira. O presidente da Câmara, Ulysses Guimarães, explicou que os projetos, depois de aprovados nas comissões técnicas, não pertencem mais aos seus autores, e colocou em votação o requerimento de Franciscato, que acabou rejeitado por um plenário desatento.

O deputado paulista, amigo particular do ex-presidente João Figueiredo, um dos beneficiários de sua proposta, quis evitar que o relator do projeto na Comissão de Justiça, deputado Valmor Giavarina (PMDB-PR) faturasse politicamente com a sua idéia. Giavarina apresentou um substitutivo ao projeto, estendendo a mordomia aos candidatos à presidência da República e a matéria foi aprovada, sem restrições, pelas lideranças de todos os partidos.

Franciscato justificou a retirada da proposta, estranhando o acatamento do regime de urgência para a sua votação, já que a idéia havia sido muito criticada durante sua tramitação. "Fiquei mais surpreendido — disse ele — quando constatei que os próprios avocados pronunciaram-se contrários à referida propositura. Diante de tal incoerência, reafirmo o meu desejo na retirada da proposta, preservando o direito de outro colega, que assim desejar, de reapresentá-la dentro dos moldes que melhor possa atender aos interesses políticos governamentais."

Em outubro do ano passado, quando apresentou o projeto na Câmara, Alcides Franciscato justificou a necessidade de se conceder um corpo de segurança e duas viaturas oficiais ao presidente da República, no término do mandato, alegando que a medida é garantida pelo governo nos principais países da Europa. Mesmo reconhecendo o regime democrático se caracteriza pelo mínimo de garantias individuais, o deputado argumentou que "isto não impede que, no serviço público, segundo a hierarquia, civil ou militar, existam certos e determinados privilégios, consagrados pela aquiescência de todos".

Durante o exame nas comissões técnicas, a matéria teve alguns percalços cômicos. O deputado João Agripino (PMDB-PB) apresentou emenda remetendo as despesas com os ex-presidentes da República para o Ministério do Exército. Afinal, nos últimos 20 anos, os presidentes eram todos militares e generais do Exército.

## "FRANCISCATADA"

A amizade do deputado Alcides Franciscato com o ex-presidente Figueiredo acabou-lhe custando alguns dissabores. No auge da campanha pelas eleições diretas, quando um milhão de pessoas se juntaram para gritar "diretas, já", Franciscato acompanhava o presidente Figueiredo na sua última viagem internacional. Em Marrocos, o deputado disse aos jornalistas que Figueiredo lhe havia dito que, se estivesse no Rio, estaria no comício.

A notícia estourou no Brasil como uma manifestação do presidente da República a favor das diretas, o que foi desmentido pelo próprio Alcides Franciscato, depois de ganhar um "carão" do amigo Figueiredo. Franciscato ficou com a fama de mentiroso e seu nome passou a ser conjugado como verbo ("francisca-

tar"), lembrando o que popularmente já se fazia com o seu candidato indireto à Presidência da República, Paulo Maluf.

Com a derrota da emenda Dante de Oliveira, Alcides Franciscato foi ridicularizado até na cidade de Bauru, que havia sido honrada com a visita de João Figueiredo, na época de sua campanha. O candidato do PDS, Paulo Maluf, também acabou derrotado no colégio eleitoral e Alcides Franciscato mudou de partido, aderindo ao Partido da Frente Liberal.

Quando apresentou o projeto das mordomias aos ex-presidentes, Franciscato ainda freqüentava a Granja do Torto, onde costumava distribuir presentes para os amigos e familiares, e fazia *cooper* com o amigo Figueiredo. Não se sabe se ele freqüentará o sítio de Nogueira, que Figueiredo escolheu para seu retiro de ex-presidente.

## "CARONEIRO"

O deputado Valmor Giavarina, autor do substitutivo ao projeto Franciscato, decididamente não pode se queixar da sorte. Suplente da bancada do Paraná, foi para a Câmara Federal em 1982 na vaga, do hoje senador Enéas Faria, que, por sua vez, era suplente do então senador José Richa, eleito governador do Paraná. Giavarina resistiu à tese do PMDB favorável à participação no colégio eleitoral, como integrante do grupo "Só-Diretas". Mas, afinal, votou em Tancredo Neves.

Com a Nova República, foi designado vice-líder do PMDB e poderá, brevemente, ver o seu substitutivo transformado em lei pelo presidente da República, coisa que poucos políticos conseguem em vários anos de mandato.

Mas a façanha de Giavarina já começou a produzir algumas dificuldades para o líder Pimenta da Veiga, que concordou com o regime de urgência para votação do substitutivo. Depois de solicitação nesse sentido do presidente José Sarney, o deputado João Cunha (PMDB-SP) enviou uma carta ao líder do PMDB, protestando contra a "mordomia vitalícia" aos ex-presidentes da República. "Não há exemplo maior de subserviência na história das ditaduras latino-americanas que essa patrocinada pela liderança do PMDB" — afirma João Cunha na carta. "A exemplo da Argentina, o lugar dessa gente que infelicitou a Pátria é a cadeia e não a proteção especialíssima e caríssima que v. exa. permitiu fosse oferecida a ex-ditadores", conclui.

Segundo as versões que circulam na Câmara, a urgência para o projeto de Franciscato só foi aceita pelo PMDB depois que o ex-presidente João Figueiredo se atritou com os jornalistas que cobrem o aeroporto de Congonhas em São Paulo. Figueiredo queria retirar os jornalistas da Sala Vip do aeroporto, mas não conseguiu. Queixou-se com o ministro do Exército, que por sua vez fez chegar ao presidente José Sarney, via SNI, suas preocupações quanto à segurança do ex-presidente. Sarney chegou a discutir com os líderes do PMDB a possibilidade de enviar uma mensagem ao Congresso nesse sentido, mas os líderes julgaram mais prudente aproveitar o projeto de Franciscato que, embora com várias falhas legislativas, poderia ser aproveitado e livraria a Nova República de se comprometer com a iniciativa de uma lei que, a rigor, vai beneficiar apenas três generais ex-presidentes — Médici, Geisel e Figueiredo. O outro ex-presidente vivo, Jânio Quadros, já dispensou publicamente a segurança que lhe seria destinada pela lei.